

Na prefeitura, 30 ações

BRASÍLIA — presidente do Conselho de Ética do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), responde a 30 ações judiciais de execução fiscal promovidas Procuradoria Geral do governo do Mato Grosso do Sul. As ações são baseadas em decisões do Tribunal de Contas do Estado sobre irregularidades na contratação de funcionários sem concurso público na época em que foi prefeito pela segunda vez da capital Campo Grande (1993-96).

Em sua defesa, Juvêncio minimizou o efeito das ações judiciais. No site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, o senador aparece citado em 52 processos judiciais, boa parte deles já arquivado. “É natural que um prefeito de capital saia do cargo com alguma ação popular”, comentou. Pela primeira vez, ele foi prefeito de Campo Grande no período de 1986 a 1988.

Boa parte das ações de execuções fiscais contra o senador já foram encaminhadas para a cobrança judicial. São assinadas pela procuradora Sônia Thomas de Oliveira e Silva, da Procuradoria do Estado, e estão sendo contestadas pelo advogado de Juvêncio. Pelas contas do senador, os valores cobrados não chegam a R\$ 30 mil. A as-



Juvêncio da Fonseca responde por contratações irregulares

essoria do governador José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, não informou o valor total das ações. A procuradora evitou comentar a quantidade de ações propostas contra o ex-prefeito. “São valores pequenos que foram emitidos porque ele deixou de enviar os balanços da prefeitura no prazo certo”, disse ela.

A versão da procuradora foi contestada pelo próprio Juvêncio. “São ações por causa de funcionários mantidos sem concurso público. Não há nessas ações nada que desabone minha conduta”, disse ele. “Vou responder às acusações na Justiça. Não poderia demitilos sob pena de paralisar a prefeitura”.